

CONFLITOS DA LINHA DO TEMPO: a cobertura televisiva do Jornal Nacional através da Pedagogia Crítica da Mídia

TIMELINE CONFLICTS: Jornal Nacional's television coverage through Critical Media Education

Arthur Freire Simões PIRES¹

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul | Brasil

Fábio Souza da CRUZ²

Universidade Federal de Pelotas | Brasil

Estevan Garcia DE FREITAS³

Universidade Federal de Pelotas | Brasil

Resumo

Apresentamos aqui um estudo baseado nas categorias analíticas originadas da Pedagogia Crítica da Mídia (KELLNER, 2001), utilizadas de forma dissecar as matérias e compreender suas significações e efeitos. Os dois textos jornalísticos se assemelham no tipo de acontecimento, porém uma ocorreu no início dos anos 2000 enquanto a outra data 2019. Entendemos que os escritos reforçam valores neoliberais, vulgarizam a ideia de Direitos Humanos e reproduzem conceitos que corroboram e exacerbam estereótipos e ideias hegemônicas dentro dos cenários estudados.

Palavras-chave

Sequestro; telejornalismo; cultura da mídia; Jornal Nacional.

Abstract

We present here a study based on the analytical categories originated from Critical Media Education (KELLNER, 2001), used to dissect the reports and understand their meanings and effects. The two journalistic texts are similar in the type of event, but one occurred in the early 2000s, while the other dates 2019. We believe that the writings reinforce neoliberal values and reproduce concepts that corroborate and exacerbate stereotypes and hegemonic ideas within the studied scenarios.

Keywords

Hijacking, broadcast journalism, media culture, Jornal Nacional.

RECEBIDO EM 27 DE JANEIRO DE 2022
ACEITO EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022

¹ Jornalista e Doutorando e mestre em Comunicação Social pela PUC do Rio Grande do Sul. Contato: grohsarthur@gmail.com.

² Professor do Centro de Comunicação e Letras, da Universidade Federal de Pelotas. Contato: fabiosouzadacruz@gmail.com.

³ Mestre em Sociologia e graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Pelotas. Contato: estevanfreitasg@gmail.com.

Aspectos introdutórios

Ao nos depararmos com a notícia de sequestro de um ônibus no Rio de Janeiro durante o ano de 2019, remetemos à cobertura televisiva deste evento através do Jornal Nacional. O periódico diário televisivo é o principal informativo da grade aberta brasileira e é transmitido de segunda a sábado, sempre à noite, pela Rede Globo, pertencente ao grupo Globo, maior conglomerado comunicacional do país.

Decidimos, então, nos remeter a um evento similar ocorrido quase 20 anos atrás, transmitido também pelo Jornal Nacional, e realizar um estudo comparativo. Isto se dá devido às indagações que fizemos ao perceber a repetição de um acontecimento inesperado, visando também constatar similaridades e diferenças por dentro dos meandros da linha do tempo do próprio periódico.

Então, debruçamo-nos sobre os fatores históricos e sociais os quais compunham o cenário do Brasil dentro dos dois recortes para compreendermos os reflexos, significações e possíveis influências dos períodos dentro do fazer do jornalismo televisivo proposto pelo veículo estudado.

Optamos, partindo daí, por utilizar a base teórica oferecida por Kellner (2001) exatamente pela forma com a qual suas categorias analíticas se sustentam e sua aplicação. Isto é, o referencial teórico (a ser explicado posteriormente) contribui imensamente na ideia comparativa do entendimento de cada parte das reportagens, facilitando a compreensão dos diferentes elementos presentes nas narrativas.

Por conseguinte, acreditamos que o estudo trata, sobretudo, da contemporaneidade da comunicação, bem como do jornalismo (aqui, representado pelo jornalismo de televisão) e verificaremos como as influências

sociais dos recortes de tempo dos objetos aparecem e se manifestam durante o estudo.

Apresentando o objeto de estudo

Em uma época de uma globalização cada vez mais visível, Bauman (1999) aponta que o “tripé da soberania” (a autossuficiência militar, cultural e econômica) sofre consequências irreversíveis⁴. Neste contexto, os meios de comunicação de massa são um dos principais agentes de mediação da sociedade. Com suas narrativas, por meio de diferentes manifestações jornalísticas, promovem um fortalecimento dos laços sociais enquanto fornecem elementos de homogeneização de discursos e identidades. Especificamente no cenário brasileiro, muitas vezes, a mídia tradicional age consonantemente com essa proposição, construindo mitos, estereótipos e hábitos no imaginário ao mesmo tempo em que almeja o consumo; sob este prisma, ela usa de uma mistura de informações de fontes oficiais com elementos de cunho supersensacionalista⁵.

Passando à frente de aparelhos ideológicos de Estado⁶, os meios de comunicação de massa, através dos seus veículos, adquirem caráter centralizador na atualidade. Nesta realidade, muitas vezes, são alinhados com as forças hegemônicas da sociedade. Considerando isto, notamos que a

⁴ O primeiro é agravado frente às dificuldades sociais, como o desemprego, por exemplo, que corroboram, dentre outros fatores, o recrudescimento da violência e a insegurança. No segundo item citado, a avalanche da indústria cultural, em todos os seus níveis e estilos, fomenta uma sociedade de consumo que é alimentada constantemente por produtos feitos sob medida e com curto tempo de duração e apreciação, conforme salienta García Canclini (1995). Por fim, na economia, devido à pujança dos mercados financeiros globais, o Estado perde sua força, o mesmo ocorrendo no que diz respeito ao exercício do poder político em sentido amplo.

⁵ O sensacionalismo é inerente ao texto jornalístico, bem como o *fait divers* barthesiano (CRUZ e PIRES, 2017). O super sensacionalismo se dá exatamente no problema de uma narrativa: sua exacerbação; o objetivo da atenção cativa da audiência é maior do que o intuito de informar.

⁶ Como a família, a escola e a igreja. O termo faz alusão à obra de Louis Althusser (1985).

ideologia⁴⁷ transmitida neste caso “é [geralmente] a do branco masculino, ocidental, de classe média ou superior; são as posições que veem raças, classes, grupos e sexos diferentes dos seus como secundários, derivativos, inferiores e subservientes”. Destarte, a mídia desempenha, conseqüentemente, um papel de aparelho responsável pela promoção simbólica de uma nítida separação entre atores “dominantes/dominados e superiores/inferiores, produzindo hierarquias e classificações que servem aos interesses das forças e das elites do poder” (KELLNER, 2001, p. 83).

Seguindo essa exata linha, percebemos que a mídia tradicional brasileira não é diferente: atua como palco dessas disputas de hegemonia versus contra-hegemonia. Em tal cenário, temas como a questão dos Direitos Humanos (DH) se fazem presentes nos espaços de debates ocupados pela mídia tradicional, que, acreditamos, deveria problematizar a complexa questão dos DH⁸ na contemporaneidade. Contudo, não é isso o que percebemos em boa parte da cobertura dos veículos de comunicação de massa no Brasil. Sendo assim, detectamos que a mídia vulgariza os DH, tornando-os simples ferramentas teóricas. Prestando, então, um desserviço à sociedade através de informações superficiais, descontextualizadas⁹ e, também, espetacularizadas, a mídia tradicional brasileira reverbera os preceitos hegemônicos previamente descritos, tomando lado na disputa (CRUZ, 2006).

Observamos também que essa mesma concepção de DH é compartilhada por parte da sociedade. Sendo assim, quando o tema é DH, notamos que muitas visões se assemelham àquelas construídas pelos veículos de comunicação. Neste sentido, estes encaram os DH como questões que se

⁷ Inerente a essa discussão, Thompson (1995) faz menção ao conceito de ideologia, articulando-o às formas como o sentido (significado) serve para estabelecer e sustentar relações (assimétricas) de poder em contextos específicos.

⁸ Problematizar consiste em reconstruir historicamente os cenários para que possamos entender as suas práticas. Significa detectar qual é a lógica vigente, quais são os atores envolvidos no processo e de que forma se dão as suas relações.

⁹ Este tópico será estudado com maior profundidade a partir das análises.

resumem a direitos fundamentais, bens naturais como, por exemplo, o direito à sobrevivência, e também ao âmbito normativo-jurídico.

Entretanto, acreditamos que esse conceito simplificado que se instaura no imaginário social ocidental não leva em conta um determinado e sempre complexo contexto sócio histórico dos DH.¹⁰ Portanto, pensar de outro modo significa, então, problematizar a realidade, mas também tensionar forças distintas em contextos¹¹ particulares.

Mais do que isso, dentro de um cenário no qual a qualidade da informação é, muitas vezes, inversamente proporcional ao índice de audiência, o racional é, portanto, superado, com certa frequência, pelos desvios discursivos dos diferentes recursos espetacularizantes que a mídia se mune (CRUZ, 2006). Através dela, vislumbramos uma realidade na qual o discurso noticioso é substituído por uma certa narrativa publicitária, que tem a pretensão de homogeneizar identidades,¹² estereotipado e a-histórico. Por isso mesmo, é desprovido de elementos para a reflexão, ou seja, os meios ficam impossibilitados de justificar os fins.¹³

Prioriza-se, acima de tudo, então, “o quê” sobre o “como” e o “por quê” (GARCIA, 2017), o que traduz um discurso pobre,¹⁴ superficial, e, muitas vezes, unilateral, que fere a ética jornalística, pois não contempla todos os lados envolvidos em determinada questão. A descontextualização dos fenômenos pode estabelecer, assim, a noção do inexplicável e sem sentido no imaginário social. Nesse sentido, Lage (1998, p. 308) sustenta a hipótese de

¹⁰ Sánchez Rubio (2010, p.1) acrescenta: “Tanto o sistema de valores como a divisão do trabalho e a ordenação das relações humanas e os modos de acesso aos bens os quais satisfazem necessidades humanas (relações e modos sociais, étnicos, sexuais, políticos, culturais etc.) influem e condicionam tanto ao direito quanto aos DH”.

¹¹ Sociais, políticos, econômicos, culturais etc.

¹² Este tópico remete a uma frase de Habermas, quando este aborda a questão do declínio da esfera pública burguesa afirmando que “o jornalismo crítico é suprimido pelo manipulativo” (1984, p.210).

¹³ Aqui, fazemos menção à ausência de um lead jornalístico completo, ou seja, que apresente as informações básicas de uma notícia, a saber: “o quê?”, “quem?”, “quando?”, “onde?”, “como?” e “por quê?”.

¹⁴ Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/1057596/>>. Acesso em 11 out 2019.

Arthur **PIRES** · Estevan **GARCIA** · Fábio **CRUZ**

que “fatos que contrariam versões dominantes, de interesse do sistema de poder, podem ser desqualificados como fenômenos inexplicáveis (...)”.

Com base no que foi visto até aqui, vivenciamos na realidade midiática brasileira a cultura do efêmero; o triunfo do descartável. São veiculadas informações superficiais, com carência de substancialidade quando, por exemplo, a pauta são os DH. É, portanto, neste cenário de uma verdadeira “sociedade do infotimento” (KELLNER, 2003, 2011a; 2011b), que considerável parte dos veículos de comunicação de massa fomenta o pensamento rápido e miserável, pobre e acrítico, ao mesmo tempo em que – é sempre salutar lembrar – protege determinadas forças da sociedade.

Pressuposto: sobre a noção de narrativa

Para dar prosseguimento ao exame o qual o texto se propõe, faz-se necessário a clarividência acerca do conceito de “narrativa” — termo este que tem sido evocado com frequência na arena política brasileira, com frequência associado a uma ideia de mentira ou história artificial. No entanto, como fica evidenciado pela elaboração de Luiz Gonzaga Motta (2013) na obra *Análise Crítica da Narrativa*, o vocábulo deságua desde o simples contar de uma estória até a representação (de qualquer ordem) de experiências, relatos ou ideias a um interlocutor. Em outras palavras, o conceito de narrativa perpassa a lógica de vivência, interpretação e produção de sentido em processo dialógico.

Quando falamos sobre narrativas jornalísticas, como é o caso deste artigo, estamos inseridos em um contexto no qual os agentes do campo têm seus expedientes pautados neste processo de interpretação, publicação e circulação de narrativas nas quais eles se inserem. Afinal, em sua forma diária, o jornalismo objetiva “nos mostrar tudo aquilo que ele próprio considera mais inusitado e importante no mundo” (BOTTON, 2015, p. 10). A esta ideia, somam-se os escritos de Jacques Rancière (2009, p. 58), quando este diz que

“o real precisa ser ficcionado para ser pensado”, pois, em certa medida, como exposto, o ofício jornalístico tem caráter abstrato devido ao processo de interpretação e relato exercido pelos jornalistas.

Cada vez que um evento é contado e recontado, ele passa por uma nova interpretação, que, por sua vez, é atravessada pelos sujeitos produtores de sentido e catalisada por seus respectivos contextos. Tomamos, desta maneira, a ideia de narrativa como um pressuposto teórico para a interpretação do jornalismo, ou seja, as matérias são fragmentos de um cenário macro e que, portanto, fornecem um material fidedigno para se observar e compreender os contextos e seus agentes. Empregamos, por fim, o vocábulo como forma de ressaltar que os textos analisados são, em linhas gerais, (1) interdependentes e que (2) as significações neles engendrados estão vinculados ao seu tempo-espaço e seus produtores de sentido.

Douglas Kellner e a cultura da mídia: aspectos teórico-metodológicos

Douglas Kellner (2001) traz em sua obra *A Cultura da Mídia — Estudos Culturais: Identidade Política Entre o Moderno e o Pós-moderno* uma série de apontamentos que têm como base a máxima de que a mídia é um campo de batalhas ideológicas, onde as visões hegemônicas e as contra hegemônicas de mundo se chocam.

Trazendo um breve histórico da mídia, Kellner (2001) mostra que, a partir dos anos 60, existe uma grande disseminação de conflitos ideológicos, os quais surgem através da contracultura. Nos anos 70 e 80, no entanto, com o fim da Guerra Fria e o colapso do comunismo, as políticas sociais (assim como manda o sistema) começam a ser destinadas a beneficiar os poderosos, anunciando a derrota de um dos lados. A cultura, por sua vez, neste contexto, torna-se objeto de mercado, sendo produzida em grande escala, usando como

base para a sua produção uma certa “fórmula do sucesso” e sendo divulgada como mercadoria.

Somado a isso, existe um desenvolvimento da tecnologia da mídia e das técnicas de divulgação de informação, que acabam por torná-las mais eficientes, persuasivas e sutis, enquanto o culto à televisão ganha força. Tendo em vista este contexto, Kellner (2001) considera que a cultura da mídia se tornou a cultura dominante. Ela age como uma força de dominação e de socialização, fazendo com que sua programação e seus personagens muitas vezes substituam a família e a escola, ditando gostos, valores, pensamentos e comportamentos, conforme colocado antes.

No entanto, conforme Kellner (2001), com base em Stuart Hall (2003), a leitura e interpretação dessas produções podem ser dar de três formas: leitura dominante, acomodadora ou contestadora. Segundo o autor, a leitura dominante é aquela na qual o público receptor dos discursos reproduz os interesses dominantes e sua ideologia. “O público, por exemplo, sente prazer com o restabelecimento do poder masculino, da lei, da ordem e da estabilidade social...” (KELLNER, 2001, p 57). Já a leitura contestadora, na contramão da primeira, é aquela que enaltece a resistência, contrapondo-se à dominação. Como exemplo, podemos citar o momento em que os receptores enaltecem atitudes voltadas ao feminismo. A leitura acomodadora, por sua vez, se trata de um meio termo entre as duas anteriores, ou seja, o indivíduo negocia com o discurso recebido, não contestando nem o reproduzindo integralmente.

O autor propõe, em sua obra, que para se ter uma leitura mais atenta e crítica da mídia, os indivíduos tomem como bases interpretações interdisciplinares, multiculturalistas, multiperspectivas, políticas e que levem em conta, além do texto, o contexto. Desta forma, o uso da interdisciplinaridade, lançando mão de uma multiplicidade de conceitos e teorias, desde que pertinentes ao tema em questão, é de grande importância. Já a abordagem do contexto ganha forte importância na interpretação de

qualquer acontecimento. Conforme o autor, a crítica cultural deve especificar as disputas sociais e políticas que estão ocorrendo naquele determinado momento histórico, com a identificação de seus devidos grupos e as posições que estão em jogo. Com o multiculturalismo, o autor pretende chamar atenção para as múltiplas relações de poder, dominação e resistência, onde se articulam essas várias formas de opressão. Para isso, “é preciso ter um ponto de vista que articule a constituição social dos conceitos de sexo, classe, raça, etnia e sexualidade, além dos modos como as representações desses fenômenos produzem processos novos e diferentes de identificação” (KELLNER, 2001, p 124). Com o conceito de multiperspectivismo Kellner (2001) se refere a um estudo que “... utiliza uma ampla gama de estratégias textuais e críticas para interpretar, criticar e desconstruir as produções culturais em exame” (KELLNER, 2001, p 129).

Como instrumento para suprir todas essas necessidades da proposta, com o objetivo de identificar as formas como as produções culturais codificam e articulam contextos, imagens sociais e discursos, ao mesmo tempo em que operam dentro do seu campo social, o autor elabora a Pedagogia Crítica da Mídia, que usa dos conceitos de horizonte social, campo discursivo e ação figural.

O horizonte social pode ser identificado como o contexto, o cenário da época. Conforme Kellner (2001), este conceito faz referência às práticas, experiências e aspectos reais do campo social, que ajudam na estruturação de um universo da cultura da mídia e a sua recepção. O campo discursivo se refere a todos os atores envolvidos em determinada produção, podendo se tratar de jornalistas, empresas, sociedade, em produções jornalísticas, assim como de roteiristas, público, práticas culturais etc. envolvidos em determinada produção cinematográfica. A ação figural, por sua vez, se refere ao produto final da produção cultural, levando em conta o horizonte social e o campo discursivo. O que aquela produção se tornou de fato? O que ela transmite?

Que erros ou características ela traz em sua versão final? Que ideologia vem incrustada nela? São algumas das respostas as quais a ação figural pode vir a responder.

Análises

O caso do ônibus 174

12 de junho de 2000, 14h20min. O ônibus da linha 174 (Central–Gávea) é interceptado pela polícia após um dos tripulantes ter sinalizado para um carro da PM que um dos demais passageiros estaria portando uma arma. O ônibus fica detido no Bairro Jardim Botânico e um sequestro tem início. O revólver, calibre 38, embora não se soubesse nas primeiras horas, era de Sandro Barbosa do Nascimento, 21 anos. O caso tem fim após quase cinco horas de tensão. No desfecho, morrem uma das reféns e o sequestrador, a primeira baleada e o segundo asfixiado no camburão da polícia.

No mesmo dia do acontecimento do caso do ônibus 174, o Jornal Nacional levou ao ar uma matéria sobre o caso . Após o típico “Boa noite! ”, Fátima Bernardes relata: “Desespero e morte na zona sul do Rio de Janeiro. Um homem armado sequestrou um ônibus no bairro do Jardim Botânico”. E o repórter responsável pela matéria conta: “O drama dos passageiros desse ônibus começou pouco antes das três horas da tarde. Um assaltante armado com um revólver ameaça quem chega por perto. Ele não se entrega apesar dos apelos da polícia que cercou o ônibus. Agarrado com uma passageira, o assaltante aponta a arma para todos os lados”.

No decorrer da reportagem, com imagens do ônibus de fundo, o repórter coloca: “uma das vítimas é obrigada a escrever com um batom no vidro do ônibus que o assaltante está possuído pelo diabo”. Na sequência, ocorre a libertação de alguns reféns, que são narradas pelos jornalistas. Em seguida, o repórter conta: “Pouco antes das seis horas o assaltante atira para

o chão”. O som do tiro sendo dado e de gritos dentro do ônibus ganha destaque. Em seguida Willian Bonner prossegue: “Os tiros aumentaram ainda mais o pânico entre os reféns que estavam dentro do ônibus”. As imagens do ônibus voltam, dando destaque para as reféns gritando. O repórter continua: “Depois do tiro, o desespero. O bandido não desistiu. Pegou outra refém. Ameaçou atirar de novo. Pôs o revólver na boca da mulher. Puxou os cabelos dela e desafiou os policiais”.

Na sequência, as imagens do sequestrador aparecem na tela, e sua voz ganha destaque: “Seu delegado, já morreu uma. Vai morrer outra”. E o repórter prossegue: “Ele não atirou, mas fez novas ameaças”; as palavras do sequestrador ganham espaço novamente: “Não quero saber, vai morrer essa aqui agora, na tua frente”.

O repórter continua a narrativa trazendo informações sobre o tempo de negociações e volta às telas na passagem contando: “Seis e meia. A negociação não deu resultado. O bandido foi mais uma vez para a frente do ônibus junto com a refém. Ele deu um novo prazo para a polícia, quer que as exigências sejam aceitas até as sete e meia da noite. Se não, ameaça matar todos os reféns”.

As imagens de dentro do ônibus retornam à tela e o repórter continua: “O bandido ameaçou atirar de novo. Voltou a andar pelo ônibus com a refém. Um passageiro de muletas foi retirado. A tensão aumentou. De repente, o bandido abriu a porta e desceu usando a refém de escudo”. O jornalista dá seguimento à narração: “Nesse momento, a polícia agiu. Um PM se aproximou pelo lado e deu dois tiros no bandido”. O áudio dá destaque ao som dos tiros e o enredo é retomado: “Os policiais que estavam à distância avançaram (...) No meio da confusão, a jovem que teria sido baleada se levantou. Estava viva”. E o repórter conclui: “O bandido e a refém que desceu do ônibus com ele foram levados para o hospital”. Fátima Bernardes volta à tela afirmando: “A polícia informou que o bandido que sequestrou o ônibus morreu a caminho do

Arthur **PIRES** · Estevan **GARCIA** · Fábio **CRUZ**

hospital. Geisa Firmo Gonçalves, a refém que estava com ele no momento em que a polícia atirou, também morreu. Segundo a direção do hospital Miguel Couto, ela levou três tiros”, conclui.

O caso da linha 2520D

Dia 20 de agosto de 2019. Cidade do Rio de Janeiro (RJ). Ponte Rio-Niterói. Por volta das 5h30 da manhã, o ônibus da linha 2520D, que vinha de São Gonçalo é sequestrado. O sequestrador – William Augusto da Silva, de 20 anos – dá ordens ao motorista para que o veículo pare atravessado na pista, trancando o trânsito de carros neste sentido. Dentro do ônibus, 39 pessoas são mantidas reféns. Por fim, às 9h04 da manhã, o sequestro tem fim: William Augusto da Silva é alvejado com 6 disparos de atiradores de elite e cai morto.

No mesmo dia, durante a noite, no Jornal Nacional, a notícia ganha destaque. O homônimo do responsável pelo sequestro e âncora do jornal, William Bonner, anuncia: “A Polícia do Rio libertou hoje 39 pessoas ameaçadas por um sequestrador dentro de um ônibus. Depois de 3h e meia, ele foi alvejado por 6 disparos de atiradores de elite e caiu morto. Os tiros não feriram nenhum refém”.

Na sequência, são trazidas entrevistas com três reféns do ônibus. Dois deles destacam o medo, o terror psicológico, a tensão e questões referentes ao método utilizado pelo sequestrador (gasolina em potes). O último salienta que “ele falou que não queria nossos pertences nem machucar a gente, que só queria entrar para a história e que ‘você vão ter muita história para contar”.

Após o jornalista responsável narrar o ocorrido, trazendo informações referentes ao horário, o número de passageiros do ônibus, o trajeto etc, outra entrevista com um refém é trazida, na qual é ressaltado o contato com a família durante o sequestro. Na sequência, são trazidas imagens do Globocop, com a narrativa de Genilson Araújo, que conta sobre a ação de Policiais Militares e

Policiais Rodoviários Federais. Imagens de dentro do ônibus ganham as telas dos telespectadores. O repórter responsável pela reportagem continua tratando de informações a respeito da movimentação do sequestrador, a interrupção do trânsito, a libertação de reféns, o lançamento de um coquetel molotov e sobre as negociações. Neste momento, também é trazida, pela primeira vez, a informação sobre o nome do rapaz: "William Augusto da Silva". Em seguida, são veiculados dados sobre o engarrafamento causado pelo acontecido, ressaltando que esse chegou a 114 Km. Na sequência, outro passageiro relata: "acendia o isqueiro, mas falava que não ia fazer nada. Mas mesmo assim ficava brincando com o isqueiro, que era algo perigoso, né?".

Logo após, ganham a tela imagens de outra profissional, direto da ponte Rio-Niterói, no momento do sequestro, e o jornalista responsável continua narrando: "Às 9:01 da manhã, a repórter Livia Torres falava ao vivo da ponte Rio x Niterói quando ouviu tiros". Então as imagens de Torres, no momento do ocorrido, ganham espaço: "A situação aqui ainda é muito tensa. A gente começa a ouvir alguns barulhos agora. Um barulho muito forte, muito forte. A gente se abaixou aqui agora. Barulho de muitos tiros, gente, muitos tiros mesmo". Na tela, aparecem as imagens da repórter, que escuta o momento dos tiros, corre e se abaixa. O responsável pela narração afirma: "dá pra ouvir pelo menos 6 tiros", enquanto são transmitidas imagens de pessoas se jogando no chão e correndo, e, por fim, gritos de "ai meu Deus", de Livia Torres, ganham espaço no áudio da reportagem.

As imagens da matéria gravada por Livia Torres prosseguem: "Ali um policial atirador de elite, em cima do caminhão do corpo de bombeiros, ele fez um sinal de comemoração. O que nos leva a crer que o criminoso, enfim, acabou sendo atingido por esses tiros". Neste momento, é possível escutar o som de comemoração das pessoas que se encontravam ao redor da repórter. O jornalista principal continua, trazendo imagens da TV Record, que mostram o momento em que o sequestrador foi atingido ao descer do ônibus.

Arthur **PIRES** · Estevan **GARCIA** · Fábio **CRUZ**

Na sequência, outro repórter ganha espaço, mostrando o ônibus com os vidros pintados, as marcas de bala e ressaltando o tempo de duração do “terror dos passageiros”. O jornalista responsável prossegue narrando a libertação dos 33 reféns, sem ferimentos. Além disso, são mostradas imagens do governador do RJ, Wilson Witzel, que desce do helicóptero comemorando. Em seguida, o político, em entrevista, afirma: “A primeira preocupação nossa é salvar os reféns. É rapidamente solucionar o problema e o que nós assistimos foi um trabalho muito técnico da Polícia Militar”.

Logo após, o repórter traz informações sobre um pedido de desculpas feito por parte de um primo do sequestrador. Concluindo a reportagem, são trazidas imagens de um dos reféns, que afirma: “agora é ‘livramento’ e seguir a vida. Viver a vida como se fosse a última, que depois disso... a gente acha que nunca vai acontecer com a gente mas acaba acontecendo”, finaliza.

Aproximação e comparação

Dentro dos panoramas dos dois casos, existem semelhanças e diferenças importantes nos dados contextos. A começar pelo momento vivido nacionalmente, nos anos 2000, o Brasil vivia estabilidade política e econômica. Sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a população via o dólar comercial a menos de R\$2,00 e vivenciava o primeiro presidente reeleito da história do país. FHC foi eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O período de gestão foi regido sob a égide neoliberal, marcado por privatizações e atenção à economia e política externas.¹⁵

Em 2019, o presidente é Jair Bolsonaro, representante do Partido Social Liberal (PSL – Partido Social Liberal). O político é defensor de uma participação

¹⁵ Após sua passagem como ministro da fazenda durante o governo de seu predecessor, Itamar Franco (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB), FHC promoveu o Plano Real, medida econômica que visava estabilizar a economia brasileira, que sofria um histórico permeado por altíssimos índices de inflação. Após a eleição de 1994, FHC foi eleito presidente e durante seus 8 anos de governo (com reeleição em 1998), tomou medidas como a privatização da Vale do Rio Doce (empresa de extração de minérios) e criou programas de distribuição de renda (vale gás, bolsa-escola etc.).

maior da religião nas tomadas de decisão do Estado e apresenta forte ligação a uma ideia de extrema-direita autoritária.¹⁶ O contexto de eleição do ex-capitão é de crise política e econômica vivida pelo país desde o segundo mandato do governo Dilma.¹⁷

Afunilando espacialmente, encontramos o Estado do Rio de Janeiro em ambos os casos. No ano de 2000, o governo eleito era o de Anthony Garotinho (PDT – Partido Democrático Trabalhista), partido historicamente mais ligado a ideais de esquerda. Já em 2019, o governo vigente é o de Wilson Witzel, do PSC (Partido Social Cristão), partido de ideais atravessados por questões religiosas e de tendência conservadora. Pode-se destacar, ainda, a similaridade da postura de Witzel e de Jair Bolsonaro, ambas marcadas por um viés autoritário.

Nesse sentido, vale ressaltar que embora os ideais neoliberais sejam a tendência em tempos de globalização, partidos mais ligados a um pensamento de esquerda não compactuam integralmente com tal agenda. Entretanto, partidos de direita, como os citados acima, rezam conforme a cartilha globalizante.

A partir desse espectro, percebemos que questões ligadas aos DH têm tendência a serem abordadas de formas dissonantes. Enquanto o primeiro governo, devido ao seu histórico e ideais, tem uma maior probabilidade a apresentar preocupação acerca do assunto, o segundo tem tratado o tema com certo deboche e desconsideração.

Quanto ao campo discursivo, nos dois casos podemos citar os sequestradores – Sandro do Nascimento (2000) e William Augusto da Silva

¹⁶ Politicamente, Bolsonaro se declara alinhado a lideranças como presidente estadunidense Donald Trump e militares do período ditatorial (tanto presidentes quanto torturadores). Mais do que isso, faz campanhas pró privatização de instituições estatais e de reformas que privilegiam o empresariado brasileiro.

¹⁷ A crise se alastrou para um viés político também a partir da abertura de processo do impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Em seguida, Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro, tornou-se presidente e conduziu o país sob uma lógica mais conservadora. Na eleição seguinte, Bolsonaro se elegeu.

(2019) –, os tripulantes dos ônibus, a polícia (Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, BOPE), os indivíduos que transitavam na rua, a imprensa – mais precisamente a Rede Globo de Televisão e os seus jornalistas –, os receptores, de forma geral e o primo de William e o Governador do RJ, Wilson Witzel, no segundo caso.

No que tange à ação figural, em ambos os casos podemos notar o uso de frases impactantes, contendo termos como desespero, morte, etc, além de uma ênfase para tiros, gritos e ameaças. Compreende-se que esses elementos são utilizados com a finalidade de atração de uma parcela da audiência, denotando o caráter sensacionalista das reportagens.

Em ambos os casos, não são citados – ou o são com pouquíssima frequência – os nomes de Sandro e de William. É dada preferência para termos como assaltantes, bandidos, homens armados, sequestrador, entre outros. Além da omissão referente ao nome, não são abordados também o histórico dessas pessoas, sem nenhuma forma de problematização dos porquês dos casos. Em contramão a isso, os personagens são estereotipados (conforme as menções citadas acima) e resumidos a um ato – o sequestro.

Consideramos que, ao descontextualizar o caso, não são dados quaisquer elementos para a reflexão. Não há subsídios para a compreensão de quem eram esses indivíduos, suas histórias, suas socializações, pelo que passaram ao longo de suas vidas, etc. Sem reflexão sobre esses aspectos, cabe apenas ao receptor analisar o caso isolado e, sendo assim, torcer e dar aval para um dos lados – aquele que se tem um pré conhecimento sobre o que faz, e que o executa de acordo com a lógica dominante, transmitida todos os dias ao telespectador, mesmo que de forma velada.

Kellner (2001, p.149) salienta que “se deve prestar atenção ao que fica fora dos textos ideológicos, pois frequentemente são as exclusões e os silêncios que revelam o projeto ideológico do texto”. Sendo assim, o silenciamento dos “comos” e “porquês” falam muito sobre as matérias.

Podemos considerar que ambos os casos acabam com um “final feliz” perante os preceitos hegemônicos na sociedade. No primeiro caso, no entanto, é ressaltado que além de o sequestrador ter morrido – a parte feliz – uma refém também veio a falecer. Já no segundo, onde não houve morte de passageiros, a alegria é ressaltada na fala de Witzel, na comemoração dos indivíduos que se encontravam na ponte, bem como no gesto do atirador; o gestual remete facilmente a como a torcida de futebol reage a um gol, o que automaticamente corrobora com um “final feliz”.

No entanto, nas duas reportagens a morte do “transgressor” é tratada como uma resolução do problema, uma salvação. Afinal, tudo que ameaça a lógica e a ordem vigente merece ser expurgado. Sendo assim, as narrativas conduzem a uma lógica de solução fácil para os problemas sociais, ilustradas desta maneira por uma frase frequentemente utilizada no cenário atual: “bandido bom é bandido morto”.

Consequentemente, a ideia de DUDH é relativizada e marginalizada. Ao passo que existe uma celebração de um óbito e não uma pacificidade no processo, há um reforço de uma ideia hegemônica. Mais do que isso, as narrativas colidem na busca de uma representação de um antagonista e seu fim simbolizaria uma vitória do bem, mesmo que este bem esteja desacompanhado de valores benéficos à sociedade, de fato.

Considerações finais

Partindo do previamente explanado, acreditamos que o estudo traz reflexões comparativas que geram o debate: existe uma evolução dentro de narrativas de eventos extremamente inusitados (como os aqui expostos)? Acreditamos que não. Justamente por enfatizar (sobretudo, por meio de imagens) valores hegemônicos e contra os Direitos Humanos, as reflexões propostas pela mídia se caracterizam como rasas e de senso comum.

Arthur **PIRES** · Estevan **GARCIA** · Fábio **CRUZ**

A base argumentativa para tais narrativas pode ser construída a partir da tão perseguida “objetividade jornalística” ou o “tempo de produção da notícia”. No entanto, como resposta a isso, o seguinte questionamento se faz válido: vale a pena ser objetivo e produzir uma reportagem rapidamente quando, para isso, se torna necessário simplificar questões tão complexas?

Sob o prisma da mídia tradicional parece que sim. Por conta da realidade discursiva que nos foi apresentada, que dualiza o bem e o mal, ao que parece, a narrativa midiática endossa determinadas práticas e, assim, acaba justificando os seus fins. Neste contexto, tal visão de mundo é “comprada” por parte significativa da sociedade e, conseqüentemente, a engrenagem é mantida em ação.

A partir do que foi analisado em um espaço que compreende quase duas décadas de distância entre uma reportagem e outra, essa lógica de prática acima colocada é conservada ao longo do tempo. Neste ínterim, passamos por diversos processos no que tange a aspectos históricos, políticos, econômicos, culturais etc., no entanto, de forma resumida, o fazer jornalístico, e todos os ideais sustentados por detrás dele, permanece inalterado.

Levando em conta o cenário atual, de animosidades e grande tensão, logicamente existe uma influência negativa. Mas o jornalismo deveria agir sempre em prol do interesse público, ou seja, em prol da coletividade, e, no momento em que detectamos uma condução supersensacionalista e condenativa por parte das matérias apresentadas, não existe esse cumprimento. Ao contrário, o que é feito ali é, na realidade, uma reprodução de valores que compõem uma hegemonia. Hegemonia esta caracterizada pelo homem branco, social e economicamente privilegiado e, acima de tudo, superior aos demais.

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

CRUZ, Fábio. PIRES, Arthur Freire Simões. The Last Remaining Light: o suicídio de Chris Cornell através da óptica do fait divers. *In: Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, Palmas (TO), 2017.

BOTTON, Alain de. **Notícias: um manual do usuário**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

GUARESCHI, Pedrinho; BIZ, Osvaldo. **Mídia e Democracia**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2005.

HALL, Stuart. Codificação/Decodificação. *In: SOVIK, Liv. Da diáspora: identidades e questões culturais*. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2003. Cap. 4. p. 387-404.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. São Paulo: EDUSC, 2001.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2013.

RAMOS, Roberto. **Roland Barthes: semiologia, mídia e fait divers**. In Revista FAMECOS, PUCRS, nº 14, 2001. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3108/2383>>. Acesso em 18 jun. 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2009.

SOUZA, Mauro Wilton de. Recepção e comunicação: a busca do sujeito. *In* SOUZA, Mauro Wilton de (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

